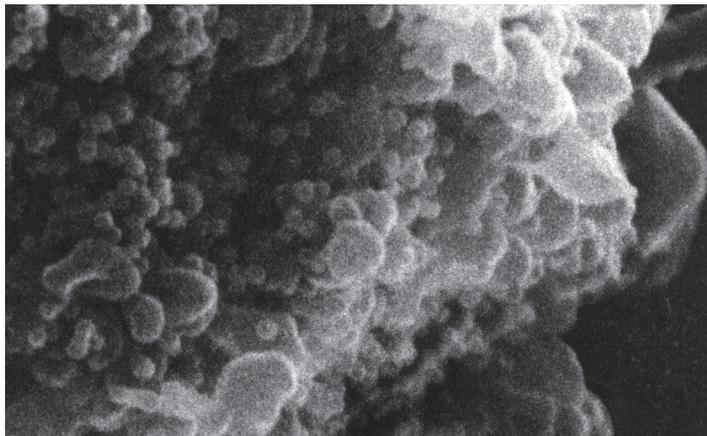
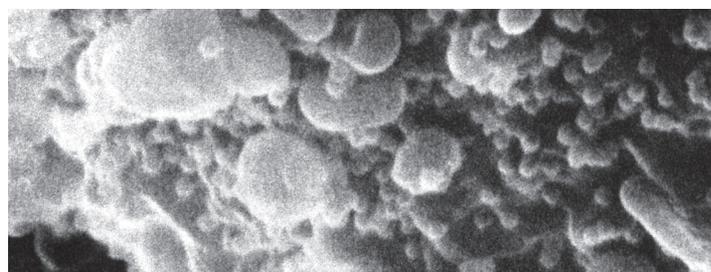


dossiê aids

Crianças
da Casa Vida

Luis Carlos Murauskas/Agência Folha





AURELIANO BIANCARELLI

Doença em foco: as reportagens sobre Aids publicadas pela *Folha de S. Paulo*

UMA COREOGRAFIA PARA QUEM TEM AIDS

As cadeiras foram amontoadas em um canto e o pequeno auditório transformado em ateliê de dança. No grupo estavam uns 20 rapazes e umas poucas moças, entre 20 e 35 anos. Vestiam agasalhos coloridos e repetiam atentos os movimentos do professor.

Era uma aula de expressão corporal intercalada com exercícios de relaxamento. Nada de especial, não fossem o cenário e o perfil do grupo de participantes. A sala tinha sido emprestada pelo CRT-Aids, um centro de referência da Secretaria da Saúde na rua Antonio Carlos, junto ao espigão da av. Paulista.

**AURELIANO
BIANCARELLI**
é repórter
da *Folha de S. Paulo*.

E os participantes eram portadores do HIV e doentes de Aids ligados ao GIV, um grupo de auto-ajuda de São Paulo criado um ano atrás. Era março de 1991. Do lado de fora do “auditório”, no entendimento das pessoas que passavam e nas notícias dos jornais, aquele era um grupo condenado à morte. Dentro do salão, os corpos se movimentavam numa espécie de ritual de purificação. Riam e faziam planos.

A reportagem sobre o grupo apareceu em página inteira na edição de 27 de outubro de 1991 da *Folha de S. Paulo*. Foi a primeira reportagem “alto astral” publicada sobre a Aids.

Até então, as informações sobre a doença eram apenas ameaçadoras e tristes. A idéia de se fazer uma “boa notícia” sobre a doença parecia impossível até que surgiu a “coreografia para doentes de Aids” ensaiada pelo GIV.

Quando a reportagem foi publicada, já havia passado dez anos desde que as primeiras notícias sobre essa doença, ainda sem nome, tinham aparecido nos jornais. E já fazia seis anos que a dermatologista Valéria Petri havia descoberto no corpo de um estilista brasileiro os mesmos sinais da doença.

Uma série de pontos que se uniam como num desenho de criança indicava que a doença misteriosa e fatal percorria o eixo Nova York-São Francisco e se espalhava pelas grandes cidades do mundo. A vítima e o agente desse mal eram os homossexuais.

Foi o primeiro grande truque do HIV. Enganosamente restrito a essa comunidade, o vírus contou com a hesitação dos especialistas e a desinformação da mídia para avançar rapidamente em outras frentes.

Só muito depois, já na beirada dos anos 90, descobriu-se que a Aids estava fazendo estragos ainda maiores entre os usuários de drogas injetáveis. E ainda hoje – quando a imprensa cansou de repetir que as mulheres estão alcançando os homens em número de vítimas –, uma parcela grande da população ainda crê que homem-com-mulher não dá Aids.

Essa dicotomia entre saber e fazer, entre estar informado e não mudar os hábitos, apareceu já nas primeiras pesquisas do

Datafolha sobre a doença. Os anos se passaram e o quadro apenas mudou os tons da mesma cor. As últimas pesquisas, em 94, em 95, em 96, repetiram a mesma e intrigante fórmula: 80% dos entrevistados sabiam que camisinha evitava Aids, mas só 30% a usavam.

Tem-se a impressão que a Aids mudou mais as instituições do que as pessoas. E foi aí que o HIV recebeu seu primeiro *clinch*, um golpe na altura do fígado.

Ao atacar primeiro os homossexuais e fechar o cerco nas grandes cidades americanas, o HIV mexeu com uma das “organizações” mais poderosas e estruturadas. Mexeu com ricos e informados, com conta bancária e histórico escolar, perfil muito diferente do das vítimas da febre amarela, da malária e da dengue.

Militantes, os homossexuais mudaram o discurso da liberdade sexual para a pregação do direito de viver ao verem seus parceiros e companheiros morrendo. Exigiam que os governos bancassem o atendimento, que punissem as discriminações, e que as multinacionais dos laboratórios investissem seus lucros em pesquisas voltadas para o HIV. Os laboratórios, por sua vez, perceberam depressa que estavam lidando com uma clientela e com um mal que poderiam projetar seu prestígio e seus lucros nas alturas. Quem não entrasse nessa corrida poderia estar fora dos grandes negócios do final do século.

Enquanto os grupos do norte saíam às ruas com velas acesas iluminando a Casa Branca, as vítimas do HIV no Brasil elegiam os rostos que seriam imolados como porta-vozes da epidemia.

Na reportagem da *Folha* de outubro de 91, entre movimentos de corpos não-identificados, aparecia a cara do psicólogo José Roberto Peruzzo. Era o fundador do grupo, tinha 36 anos, e o discurso de “quem tem Aids não está morto”.

No Rio de Janeiro, a Aids já tinha a cara do Herbert Daniel, um militante *gay* que assumiu sua condição de doente de Aids no Grupo pela Vidda. O outro Herbert, o Betinho, mostrava seu rosto de rugas lembrando os hemofílicos vítimas da Aids.

Os três tinham o carisma de transformar incrédulos e desconfiados em aliados da causa. Peruzzo e Herbert Daniel já morreram. Betinho não vai morrer mais.

A primeira sede do GIV foi no pequeno apartamento onde Peruzzo vivia, no 18º andar de um edifício estreito e alto na esquina das avenidas São João e Duque de Caxias. Do alto de suas janelas era o melhor lugar para se admirar a vida insone e tentadora da grande cidade lá embaixo.

No início, Peruzzo cedeu um quarto, a sala e a cozinha para os encontros do grupo. Depois, por conta de tanta gente que aparecia, entregou seu próprio quarto.

Peruzzo era dessas almas de enternecer. Talvez por isso, tenha materializado um dos primeiros “intercâmbios” entre empresas e pacientes de Aids no Brasil. Peruzzo trabalhava na Villares – que poderia ser outra empresa qualquer – e não escondeu nem a doença nem sua condição de cobrador de direito. Ganhou o privilégio de brigar pela causa vivendo dos mesmos salários da empresa.

A semente estava lançada. As grandes empresas, embora teimosas, começavam a perceber que a Aids estava presente nas suas linhas de montagem e se disfarçava por trás das gravatas dos funcionários de escritório e executivos.

Em 1993, foi realizado o primeiro seminário sobre Aids nas empresas em São Paulo. Representantes de umas 200 companhias apareceram, uma dezena deles relataram o que vinham fazendo para prevenir e tratar os empregados infectados ou doentes.

Três anos antes, um trabalhador de uma fábrica de bicicletas na zona sul de São Paulo entrava com um ação na Justiça alegando que fora demitido porque tinha Aids. O juiz considerou que era um caso de discriminação e o funcionário ganhou o direito de voltar ao trabalho. Dezenas de outros já tinham sido mandados embora pela mesma razão, mas o montador de bicicletas tinha conseguido mudar a marcha.

Nos arquivos e na memória do Gapa, já passaram mais de 500 ações envolvendo doentes de Aids e portadores do vírus. Poucos juízes hoje, no país, podem alegar

que o assunto é estranho à sua esfera.

O Gapa – abreviatura que virou nome para Grupo de Apoio à Prevenção à Aids – foi um dos primeiros a organizar a luta pelos direitos dos doentes. Ainda hoje, oscila entre o recorde de atender 200 pacientes por mês e a humilhação de cortar telefones e de pedir ajuda para pagar seus aluguéis.

Sua presidente, a advogada Aurea Abbade, distribui o tempo entre clientes que não podem pagar, jornalistas que querem perguntar, e sua ONG que não pode morrer. O sobrado na rua Barão de Tatuí, em Santa Cecília, ostenta ares de militância, com as paredes cobertas por cartazes em todas as línguas em que aparecem camisinhas.

Depois que o apartamento de José Roberto Peruzzo, na esquina da São João com Duque de Caxias, ficou pequeno demais, o grupo alugou umas salas no número 91 da alameda Gleite, em Santa Cecília. Era o final de 91, e os doentes contavam com o AZT da rede pública e um acesso reservado para o ddI e o ddC. Mas a vontade de viver era tanta que, aos sábados à noite, rolavam copos de cerveja e alguém precisava vigiar o volume do som.

Nascia ali o Bar Positivo, um espaço de final de semana onde portadores e doentes podiam brindar com copos. Fez tanto sucesso que teve de ser fechado.

“O bar chamou a atenção da imprensa de muitos países, e tivemos que fechá-lo sob o risco de desvirtuar nossas propostas”, conta o psicólogo Valter Gallego, que sucedeu Peruzzo na direção do GIV.

Nesse mês de março, quando o então presidente foi reeleito, a assembleia iniciava uma discussão sobre a ampliação do mandato de um para dois anos. Quando o grupo começou, a expectativa de vida era tão curta que a gestão não tinha como ser mais longa.

AS CRIANÇAS E A AIDS: OLHOS GRANDES EM CORPOS PEQUENOS

As crianças vítimas da Aids provocaram um impacto decisivo sobre a mídia e a opinião pública. Espectadores do lado de

Nesta página
e na seguinte,
a menina Sheila
Carolina
de Oliveira

fora, que se imaginavam longe do raio de ação da doença, mostravam-se conformados com as cenas de adultos esqueléticos que se consumiam até a morte.

Defrontar-se com a imagem de crianças que se dizimavam sem saber por que era uma realidade insuportável. Por causa desses corpos pequenos e de olhos grandes, que não entendiam nem reclamavam da dor, o cenário da Aids ficou impossível de se tolerar. As que sobreviviam cresciam órfãs de pai e mãe.

No dia 13 de dezembro de 1989, quando a Aids ocupava cada vez mais espaço nos jornais, o casal Sérgio Ricardo de Oliveira, na época com 31 anos, e Sônia Gomes, 34, levou para casa a menina Sheila Carolina, então com cinco anos.

Três anos antes, Sheila tinha sido abandonada por sua mãe doente de Aids na porta do hospital Emílio Ribas, de São Paulo. Durante esse período, Sheila ganhou padrinhos e madrinhas e viveu pelos corredores do hospital como se fosse sua casa. “Ela foi adotada por todos nós”, conta a médica Marinella Della Negra. Pelas regras da

Justiça, Sheila deveria ser encaminhada para a Febem, e foi aí que apareceu o casal Sérgio e Sônia.

Sheila era mais uma entre uma centena de crianças órfãs da Aids. Mas sua missão era especial. Ao ter sua matrícula recusada na escolinha do bairro onde estudava, Sheila desencadeou um debate sobre a doença, tirou da indiferença milhares de pessoas, despertou a solidariedade da população e revelou o preconceito camuflado numa classe que se acreditava melhor informada, a dos donos de escolas.

Um advogado da família entrou com pedido de liminar na Justiça exigindo a volta de Sheila à escola. A notícia, dada pela *Folha*, transformaria a vida da família e tiraria o sossego do Siesp, o poderoso sindicato que reúne as escolas particulares do estado.

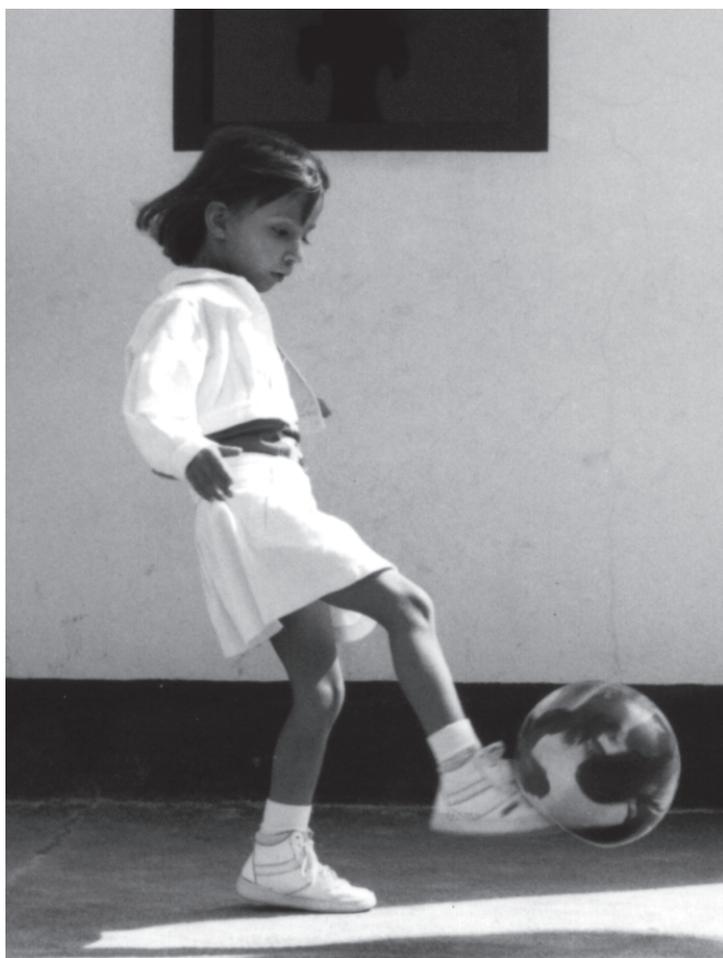
Semanas depois, o juiz Teodoro Cambria Filho, da 4ª Vara Civil do Jabaquara, anunciava sua decisão de acatar a liminar, garantindo a volta de Sheila à escola. Indiferente a tudo isso, Sheila reinava como rainha no modesto apartamento dos novos pais, na zona sul da cidade. Até que as câmeras de TV e os gravadores dos repórteres passaram a invadir sua casa.

Tão frágil no seu triciclo, Sheila tinha virado uma personalidade pública, um símbolo de resistência. Enquanto dormia no berço coberto de lençóis do Mickey, diretores das escolas particulares de São Paulo elaboravam discursos sobre o perigo que ela representava para seus colegas de classe.

Por duas vezes, no solene auditório do colégio São Bento, no centro da cidade, o alto comando das escolas particulares se reuniu para avaliar o “risco Sheila”.

Mesmo ouvindo especialistas que diziam o contrário, a direção do sindicato concluiu que as escolas tinham o direito de recusar alunos portadores do HIV ou doentes de Aids em nome da saúde da comunidade.

Na contracorrente, o colégio São Luiz aceitou Sheila entre seus alunos e provocou uma polêmica que quase dividiu a escola. Numa série de matérias, a *Folha* ouviu especialistas norte-americanos sobre o perigo do contágio entre crianças e repro-





Cesar Tibberé/Agência Folha

duziu a sentença dos mais respeitados: “É mais fácil um meteorito cair sobre a cabeça de alguém que uma criança pegar Aids brincando com um coleguinha de escola”.

Sheila morreu em fevereiro de 1993.

Um mês antes de a saga de Sheila chegar aos jornais, a *Folha* tinha acompanhado os meninos e meninas da Casa Vida, dirigida pelo padre Júlio Lancellotti, que freqüentavam escolas públicas do Belenzinho, na zona leste da cidade.

Uma foto na edição de 5 de abril de 1992 mostrava Angela, Carla e Mario, de camisetas brancas, *shorts* vermelhos e mochilas nas costas, brincando e “aprontando” a

caminho da escola. Tinham sete, oito anos, pequenas demais para temerem o isolamento e o preconceito que viriam a sentir anos depois.

Era a primeira geração de filhos da Aids que chegava à escola. Dois anos antes, na administração Luiza Erundina, tinha sido montado um grupo para “apagar os incêndios” que surgiam nas escolas da prefeitura a cada vez que se sabia de alguém com Aids.

Reunidos em auditórios improvisados, professores, funcionários e pais de alunos aprendiam que o vírus não passava com toques, abraços ou beijos. Ferimentos com sangue deveriam ser tratados com luvas,

independentemente do risco da Aids.

A equipe liderada por Terezinha Reis Pinto desapareceu assim que Luiza Erundina deixou a prefeitura. Os programas foram desmontados, como se a mudança de administração fosse o bastante para afastar o vírus.

As crianças sempre protagonizaram as esperanças mais intensas na solidariedade e na luta contra a Aids. No hospital Emílio Ribas, que já acompanhou cerca de 700 crianças, o aniversário das mais velhas é comemorado com redobrada alegria.

Os pesquisadores acreditam que a sobrevivência de um grupo deles – os chamados *long survivors* – pode ajudar a entender as razões da fragilidade da maioria e da resistência de alguns.

O mais velho dos “filhos da Aids” fez 13 anos neste mês de maio. Carlos – seu nome fictício – é cercado de cuidados pela médica Marinella Della Negra e sua identidade é preservada a sete chaves. Carlos vive com a avó, tem amiguinhos no bairro e vai bem na escola.

“Ainda vou ser madrinha de casamento dessas crianças”, disse Marinella em uma das reportagens.

Na Casa Vida 2, do padre Lancellotti, Renata está perto dos 12 anos. Fala de namoradinhos na escola e faz planos para quando casar. Nas conversas com a psicóloga contratada pela casa, Renata já perguntou sobre menstruação e Aids. No sobrado novo que ganharam em janeiro, as meninas exibem batons e perfumes sobre a penteadeira. .

Mas nenhum educador sabe ainda o que acontecerá com esses pré-adolescentes num futuro próximo. Vai ser preciso falar de sexo, de Aids, de namoro, de casamento, e ninguém sabe como. Nem aqui, nem na Europa ou nos EUA.

No outro lado da cidade, em Taboão da Serra, um casarão branco e marrom abriga outro grupo de crianças que se aproximam da puberdade. O psicólogo Laércio Zaniquelli transformou a casa deixada pela mãe – uma mãe-de-santo – no abrigo Filhos de Oxum para crianças com Aids. Começou quando levou para casa um bebê abando-

nado por sua mãe doente. Depois, eles não pararam mais de chegar. Sem ajuda oficial, Laércio toca a casa com dinheiro próprio, bingos e pedágios feitos pelas próprias crianças.

Os meninos e meninas estão em escolas públicas da região. No ano passado, o pai de uma aluna veio avisá-lo que um menino da casa estava escrevendo “bilhetinhos de namorado” para sua filha. “Se isso acontecer de novo, mato você e o menino”, ameaçou.

O psicólogo acha que o preconceito vai voltar mais selvagem e violento, como nos primeiros anos da Aids. “Quem vai permitir que sua filha namore alguém com Aids?”.

UMA ARMADILHA PARA MULHERES

No início elas só eram vistas no cenário postadas aos pés da cama, confortando doentes amigos, irmãos e namorados. Eram apenas “enfermeiras” e companheiras. Em meados dos anos 80, havia uma mulher doente de Aids para cada 50 homens. Eram exceções.

No mês de março, o Ministério da Saúde alertou que no ano 2000, no Brasil, a contagem estará equilibrada: para cada homem doente ou infectado, haverá uma mulher na mesma condição.

O ministério está sendo conservador: no serviço de Aids do Hospital das Clínicas de São Paulo, esse empate já está acontecendo entre mulheres e homens que agendam uma primeira consulta.

Há quatro anos, um grupo de médicos passou a bater numa tecla que mereceu páginas e páginas nos jornais. As mulheres apaixonadas corriam mais risco de pegar Aids.

Confiando cegamente em parceiros e namorados, elas estavam caindo como moscas na armadilha do HIV. Relatos de médicos e das próprias mulheres remetiam a histórias que estavam próximas de todo mundo: Luciana nunca usou camisinha com o namorado porque o “amava demais, era lindo e vinha de boa família”; Heloísa abandonou o preservativo no terceiro encontro

apaixonado; Luzia, casada, nunca desconfiou do marido, por isso nunca pensou em usar camisinha. “Se pedisse para usar, ele ia desconfiar”, contou numa reportagem de 1993.

Luciana, Heloísa e Luzia pegaram Aids.

As mulheres, no entanto, não eram apenas vítimas. Nem querem ser vistas assim. Nos grupos onde militam, elas lembram que a prática de culpar os homens não enobrece as mulheres. “Somos responsáveis pelos nossos atos”, dizem. Em outras palavras, “pulamos a cerca e deixamos de lado a camisinha como qualquer homem”.

O médico David Uip, do HC, provocou polêmica maior ao afirmar que mulheres tinham mais chances de se infectar que os homens. As justificativas eram puramente médicas: o sêmen permanece maior tempo depositado na vagina, uma região muito sujeita a microferimentos. O líquido vaginal, além de conter menor carga viral que o esperma, não tem como permanecer “depositado” no pênis. Por causa desses desígnios da natureza, as mulheres – segundo estudos norte-americanos – teriam entre 5 e 10 vezes mais chances de se infectar que um homem.

As informações deixaram alarmados grupos de mulheres, ONGs e profissionais preocupados com a prevenção. A notícia de que o homem estaria menos sujeito à infecção poderia tornar ainda mais difícil convencê-los a usar camisinha.

Nunca se soube se tais informações interferiram na balança da epidemia. O fato é que ela está pendendo cada vez mais para o feminino. Hoje, oficialmente, o painel da Aids está assinalando uma mulher para cada três homens, em todo o país.

Ao sair às ruas para tentar conter esse avanço, as ONGs encontraram o que os serviços de epidemiologia já vinham alertando: a Aids estava avançando na periferia das grandes cidades, seguindo a rota da cocaína e entrando nas famílias através dos usuários de drogas injetáveis.

Em março deste ano, os números levantados pelo Pró-Aim da prefeitura de São Paulo apontavam que, pela primeira vez desde o início da epidemia, o total de mor-

tos pela Aids na cidade de São Paulo em um ano – 1996 – era menor que o do ano anterior. O mais preocupante era que a queda vinha acontecendo apenas entre os homens, enquanto o número de mulheres mortas continuava subindo. E o aumento dos óbitos femininos ocorria mais rapidamente na periferia. Infectadas no final dos anos 80, as mulheres pobres estão começando a morrer agora.

Na grande maioria dos casos, elas foram contaminadas por jovens usuários ou ex-usuários de droga que nem desconfiavam da doença. Só acordavam para a tragédia quando os amigos começavam a morrer. Nesse período, a mulher já tinha sido infectada. Em muitos casos, o casal só descobria que tinha Aids quando nascia o filho.

Foi assim com Eunice, 25 anos, auxiliar de enfermagem que pegou Aids com o marido caminhoneiro e usuário de drogas. Foi assim com Débora, que dividia a seringa em rodas de pico com o namorado e um grupo de amigos. Aconteceu a mesma coisa com Claudia, 27 anos. Com Cléa também.

A história dessas mulheres e seus rostos disfarçados apareceram na edição de 25 de setembro de 1994. O motivo da reportagem era ainda mais dramático: reunia mulheres que já estampavam os sinais da doença mas que não desgrudavam da vida enquanto não dessem um destino aos filhos pequenos.

Algumas buscavam uma família para adotá-los, outras esperavam os testes definitivos, outras cuidavam do filho até morrer. Só depois do filho “entregue”, sentiam-se no direito de “descansar”. E morriam de fato.

São histórias dramáticas relatadas com a resignação de quem não se sente mais com direitos. “O médico já avisou que a doença está progredindo”, relatou Claudia. “A menina mais velha, de 12 anos, já entendeu que vou morrer como o pai. Está revoltada. A outra tem sete anos, não sabe de nada. O Marcelinho de quatro já nasceu com a doença. Se arrumar alguém para cuidar deles, vou morrer em paz.

“Só fico viva pelas meninas” – contou Cléa, de 30 anos. “Peço a Deus que não

caiam doente, porque senão ninguém vai querer adotá-las”.

Três vezes por semana, tarde da noite, a psicóloga Andrea Domanico percorre com sua vespa alguns dos pontos de consumo e tráfico de cocaína em São Paulo. Na bolsa ela carrega *kits* com agulhas, seringas, cân- dida para limpar as agulhas e folhetos.

O que Andrea está fazendo hoje, se tivesse sido feito há mais tempo, poderia ter evitado a infecção e a tragédia de mulheres como Claudia, Cléa, Eunice, Débora e centenas de outras. Andrea participa de um dos oito projetos de troca de seringa para usuários de drogas injetáveis patrocinados pelo Ministério da Saúde e pela Organização Mundial da Saúde.

Programas semelhantes estão em prática em dezenas de países e conseguiram baixar a menos de 10% a infecção entre usuários. Em Santos e Itajaí, dois portos campeões da doença, o número de infectados entre usuários de injetáveis chega a 60%.

No Brasil, no entanto, o trabalho de Andrea e algumas dezenas de voluntários continua proibido por lei. Em nome de uma legislação ultrapassada, alguns promotores e juízes enxergam nesses projetos uma forma de incentivo ao uso de drogas.

As primeiras reportagens sobre o tema datam de 1989, quando a prefeitura de Santos, ameaçada pela Justiça, teve de voltar atrás num programa que seria pioneiro. Foram oito anos sem que quase nada avançasse: os projetos do Ministério da Saúde, que agora começam a engatinhar, são tocados na surdina, sem o barulho da mídia, com medo de que as autoridades da lei possam acordar.

A demora no início dos programas de troca de seringa é, provavelmente, uma das maiores derrotas da imprensa. E dessa vez o inimigo não tem sido o HIV, mas sim um corpo de poderes: a Justiça, que só faz cumprir a lei, e o Legislativo, que nada faz para mudar a lei.

Em junho de 1994, o sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, lançou no Rio de Janeiro um livro chamado *A Cura da Aids*.

Naquela época, ninguém ainda falava nos milagres do “coquetel”, que só viria a ser anunciado dois anos e um mês mais tarde.

A mensagem de Betinho, naquele período ainda árido de esperanças, soou como a mais alentadora das mensagens. Betinho empregava as palavras e o tom dos profetas. Na reportagem que mostrou seu rosto em rugas, exibindo um exemplar do livro, era possível imaginá-lo empunhando um cajado. “Portadores do vírus HIV e doentes de Aids” – ele dizia –, “preparem-se para o dia da cura. Cuidem-se bem, mantenham-se vivos. Será terrível morrer de Aids quando a cura está tão próxima. Seria como morrer com o último tiro da guerra que acabou”.

Para muitos, a cura foi anunciada em julho passado, no congresso mundial de Aids realizado em Vancouver, no Canadá. Em manchete, a *Folha de S. Paulo* anunciou que uma nova droga tinha reduzido a “quase zero o nível de HIV”.

Não significava que o vírus tinha sido derrotado, mas que sua quantidade no sangue tinha caído tanto que os testes em uso não conseguiam detectá-lo.

Ainda não tinham descoberto a cura, mas talvez tenha sido a mais alvissareira das notícias publicadas na imprensa sobre a Aids na última década. E foram milhares de notícias.

De setembro de 1987 a dezembro de 1996, a *Folha de S. Paulo* publicou 7.074 matérias que, de alguma forma, faziam referência à Aids. Ao longo de quase uma década, foram duas matérias por dia. No ano passado, 1.550 reportagens trataram da doença, média de 4,24 matérias por edição referindo-se a algum aspecto da Aids. O destaque dado ao vírus HIV continua sendo unanimidade em quase toda a mídia. Enfermidades centenárias, como a tuberculose, ou que continuam matando mais, como a malária, nunca ganharam uma pequena parte dessa atenção.

Há muitos motivos para tantos holofotes sobre a Aids. O vírus do HIV veio a público primeiro nas comunidades homossexuais norte-americanas, grupos organizados, militantes e ricos. Nos anos seguin-

tes, milhares de ONGs brotaram no mundo todo, prestando solidariedade, informando e cobrando direitos.

O HIV causava tanto danos físicos como sociais. Matava o paciente duas vezes. Expunha a intimidade das pessoas ao mexer com o comportamento, a sexualidade e o uso de drogas. Envolvia o preconceito e a discriminação nas escolas e no trabalho. Questionava a ética médica e abria o debate sobre os direitos do paciente e as responsabilidades dos laboratórios e dos serviços públicos e privados de saúde.

No início, a imprensa chegou a explorar o caldo propício que temperava a “peste gay”, como chegou a ser chamada. Mas a maioria da imprensa evoluiu, aprendeu e adotou atitudes politicamente corretas, como se diz. Por exemplo, com exceção do uso em títulos, a palavra “aidético” foi substituída por doentes de Aids ou portadores do HIV. Grupos de risco passaram a ser grupos mais expostos a risco. E drogados viraram dependentes ou usuários de drogas.

DIÁRIO DA EPIDEMIA. UMA CRONOLOGIA PARA A AIDS

Nunca um único tema permitiu tantos enfoques e tantas pautas na imprensa como a Aids. O olhar médico era e continua sendo apenas um desses enfoques. Abaixo, em conta-gotas, algumas das reportagens publicadas por mim na *Folha de S. Paulo* e ainda não citadas neste texto.

Novembro de 1991: começa a distribuição do AZT na rede pública de saúde. Chamado de comprimido da sobrevida, o medicamento já estava disponível há dois anos na rede particular. Para ter direito ao remédio, era preciso ser notificado pela rede pública. Os epidemiologistas estimavam que, por conta do AZT, cerca de mil doentes saíam da “clandestinidade”, juntando-se aos 4,3 mil pacientes notificados.

Janeiro de 1992: pesquisa do Datafolha revela que 1,9 milhão de pessoas em sete capitais brasileiras acreditam que possam

estar com o vírus da Aids. Nessa época, de acordo com estimativas da Organização Mundial da Saúde, o país deveria ter 700 mil infectados. Estimativa feita pelo Ministério da Saúde em dezembro passado estimou esse total em um máximo de 440 mil portadores do vírus.

Fevereiro de 1992: pesquisa do Centro de Referência e Tratamento em Aids com 300 usuários de drogas mostra que 50% estão usando *crack*. A maioria diz que deixou a cocaína injetável com medo da Aids. A promiscuidade, no entanto, vai manter alto o índice de infecção entre eles.

Mai de 1992: o médico Caio Rosenthal anuncia publicamente sua defesa da eutanásia para doentes terminais. “Chega um momento em que tudo que um médico pode fazer para ajudar um paciente é ajudá-lo a morrer”, afirmou. “Não podemos fugir do debate sobre a eutanásia nesses tempos de Aids.” O código de Hipócrates, que desde a Grécia antiga vem sendo jurado pelos médicos, é contrário a todo tipo de interrupção da vida. “Se Hipócrates vivesse na era da Aids, certamente pensaria diferente”, acredita Rosenthal.

Julho de 1992: o Conselho Federal de Medicina aprova pela primeira vez parecer que aborda temas como o trabalho do médico infectado e os direitos reprodutivos da mulher com HIV. O parecer, elaborado pelos médicos Guido Levi e Gabriel Oselka, sugere que o médico infectado se afaste de práticas cirúrgicas em que o risco de contaminação é maior. Quanto à mãe com HIV, embora a tendência do médico seja a de aconselhá-la a não engravidar, nem o profissional nem a instituição poderão negar a ela o direito de assistência médica, diz o parecer.

Agosto de 1992: duas produtoras de vídeos pornôns de São Paulo, assessoradas pela Secretaria da Saúde, criam um pequeno filme em que casais exercitam variantes do sexo explícito protegidos por camisinha. A intenção era incluir esse bê-á-bá

erótico-educativo no início de todas as fitas pornográficas. O filme ficou pronto, mas o projeto foi esquecido.

Outubro de 1992: a masturbação deixa de ser prática confinada a banheiros e restrita a adolescentes ou adultos solitários. Em tempos de Aids – dizem os sexólogos e as campanhas de prevenção –, a masturbação ganha o *status* de prática sexual saudável e recomendada. *O Guia Completo do Sexo Seguro* dedica 20 páginas a essa prática.

Junho de 1993: nove doentes de Aids conveniados a uma empresa de medicina de grupo estão recebendo tratamento por força de liminares na Justiça. Desde 1991, uma portaria do Conselho Regional de Medicina do Rio de Janeiro vinha determinando que os convênios deveriam dar cobertura à Aids. O CRM paulista aprovou portaria semelhante no ano seguinte, mas só em março deste ano uma lei estadual obrigou as empresas a atenderem pacientes infectados.

Julho de 1993: tese de mestrado do sociólogo Osvaldo Ribas Lobos Fernandez, que conviveu por três anos com usuários de drogas injetáveis, procura mostrar que esse grupo é capaz de adotar práticas seguras e usar a droga com cautela. Muitos especialistas acreditavam – e ainda acreditam – que não vale a pena investir em prevenção com dependentes de cocaína injetável.

Março de 1994: os 4.500 presos da Casa de Detenção de São Paulo ganham um gibi recheado de histórias picantes, desenhos eróticos e pôster de uma mulata com fio dental para ser afixado nas celas. O herói, Vira-Lata, é um ex-presidiário durão, violento, que não tolera usuário de drogas injetáveis e só transa de camisinha. Por trás da mensagem, estavam o médico Drauzio Varella, o desenhista Libero Malavoglia e o criador de histórias Paulo Garfunkel. Foi um grande sucesso, mas a série parou por falta de patrocinadores.

Março de 1994: um estudo da Associação Saúde da Família revela que o governo teria de distribuir 177 milhões de preservativos apenas no estado de São Paulo naquele ano. O total foi estimado apenas para os grupos de maior exposição ao risco, como prostitutas, travestis, presidiários e meninos de rua. A produção nacional do ano anterior tinha sido de apenas 60 milhões de camisinhas.

Maio de 1994: as prostitutas de Porto Trombetas, no Alto Amazonas, estão entre as mulheres com melhor acesso aos serviços médicos. A cada 15 dias, um ambulatório é instalado em uma das boates sobre as palafitas, às margens do rio, e as mulheres são examinadas. Preocupadas com o “lazer” de seus funcionários e com o desembarque de marinheiros de todas as bandeiras do mundo, a mineradora Rio do Norte criou um programa especial de prevenção à Aids.

Agosto de 1994: um grupo de 24 voluntários, do Rio e de Belo Horizonte, começa a tomar o V-108, o primeiro produto candidato a vacina anti-HIV a ser testado nas fases um e dois no país. O Brasil tentava pegar o bonde na corrida mundial por uma vacina contra a Aids.

Agosto de 1994: André e Inácio exibem as cerca de 40 camisinhas que já juntaram e dizem que querem ter 150. Um tem oito anos, o outro nove. Estudam na Escola Experimental da Lapa. No colégio Albert Sabin, na zona oeste, Sandro e seis amigos – entre 9 e 14 anos – já tinham juntado mais de 200 preservativos, de cores, sabores, texturas, tamanhos e procedências diferentes. Procuravam meninos de outras escolas para trocar as repetidas. Eram sinais dos tempos de Aids. Enquanto não chegava a hora de usar, eles tinham virado colecionadores de camisinha. Érica, de 13 anos, era a única colecionadora do grupo. Todos tinham o apoio e a cumplicidade dos pais que, a cada viagem, retornavam com novidades.

Setembro de 1994: os últimos bordéis

verticais de São Paulo resistem no centro da cidade, apesar da crise de clientes provocada pela Aids. No edifício Itatiaia, na alameda Barão de Limeira, os dez andares acolhem 150 mulheres e 2.000 homens em dias de pagamento. A maioria das moças só faz programas com camisinha. Durante anos, técnicas da Secretaria da Saúde transformaram a “casa da tia Olga”, no último andar, num QG de informação e distribuição de camisinhas.

Novembro de 1994: a pedido da *Folha*, sete doentes de Aids e portadores do HIV se submetem a novos exames em diferentes serviços. A idéia é saber como os médicos estão dando a “notícia da Aids” a seus pacientes. Alguns postos públicos demoraram dois meses para fazer os exames. Funcionários entraram em pânico ao ver o resultado e alguns médicos não sabiam o que dizer.

No contato com pacientes, a reportagem constatou que médicos de empresas estavam revelando o resultado dos testes de funcionários aos superiores, o que é proibido pelo Conselho Federal de Medicina.

Agosto de 1995: uma festa de aniversário, de dez anos, vai para a TV em forma de campanha, com bolo, velinha e parabéns a você. A diferença estava no motivo da festa: os participantes, com quase cem amigos, comemoravam dez anos com HIV. A festa foi em março. Dez anos atrás, naquele mês, o psicólogo Valter Gallego, do GIV, tinha recebido a notícia do HIV e a informação de que morreria em 15 dias. A médica Célia Barollo, que o atendeu depois, disse que ainda comemorariam junto o aniversário de dez anos dessa notícia. Os dois estavam na festa que virou campanha por iniciativa de Wagner Solano, da Norton Publicidade.

Dezembro de 1996: o Ministério da Saúde anuncia a distribuição na rede pública da terapia tríplice, o tão esperado coquetel. Pacientes que vinham comprando os medicamentos relatavam melhoras rá-

pidas. Os especialistas alertavam para o perigo de uma falsa expectativa. E lembravam que, depois de iniciado o tratamento, uma interrupção do fornecimento pelo governo poderia criar cepas do vírus mais resistentes.

Março de 1997: dados do Pró-Aim, programa da prefeitura de São Paulo que estuda a mortalidade, revelam pela primeira vez uma queda no número de mortes pela Aids na cidade. Em 1995, foram 2.970 mortos contra 2.770 em 1994. As mortes entre os homens vinham caindo desde o ano anterior. A notícia preocupante era que, entre as mulheres, o número de mortes e de doentes continua em ascensão.

**Eunice, com
vírus HIV
há cinco anos**

